



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO

(Do Senhor **Luiz Lauro**)

Requer a realização de Audiência Pública para discutir utilização de energia solar.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de reunião de Audiência Pública conjunta da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e da Comissão de Minas e Energia, com a finalidade de discutir a utilização de energia solar fotovoltaica na matriz energética brasileira, com os seguintes convidados:

- ANDRE LIMA, Secretário de Meio Ambiente do Governo de Distrito Federal;
- PEDRO QUEIROZ FILHO, Analista de Correios Sênior – Engenheiro Eletricista dos Correios;
- RAFAEL SHAYANI, Profº Doutor Engenharia Elétrica, Laboratório de Fontes Renováveis – UnB;
- BÁRBARA RUBIM – Coordenadora da Campanha de Clima e Energia do Greenpeace Brasil;
- Representante da empresa Build Your Dreams (BYD).



JUSTIFICAÇÃO

Está na pauta do dia a necessidade do debate em torno da diversificação da matriz energética brasileira. É uma constatação positiva o fato de termos uma matriz energética com 47% de fontes limpas e renováveis na sua composição. O restante é basicamente oriundo de fontes térmicas fósseis, o que significa uma grande vantagem comparativa em relação aos demais países, particularmente os países industrializados.

Porém, a geração da quase totalidade da nossa eletricidade, por exemplo, é de origem hidrelétrica. Uma dependência que tem comprometido nossa segurança energética e apresentado desafios econômicos e socioambientais importantes a serem superados.

Exemplo disso é o que não falta. A crise hídrica de 2012 obrigou o País a recorrer a suas térmicas, o que nos custou valores que até hoje estão saindo muito caro à sociedade brasileira. A tarifa de energia aumentou, em seis meses, mais de 50%. Enquanto isso, o fantasma do apagão ainda nos assusta.

A justificativa de se ter “energia de base firme” (hidrelétricas e térmicas fósseis) em momentos de necessidade como o atual, é explicável, até certo ponto. No entanto, o país pode oferecer com segurança, muito mais energia oriunda de fontes limpas renováveis, e de forma diversificada, se esta for uma decisão de política de Estado.

Os governos, em todas as esferas, podem muito incentivar a diversificação da matriz energética. Seja criando projetos de fomento à energia solar fotovoltaica nos respectivos entes federados, seja promovendo e fomentando a produção e o consumo de energia solar com sustentabilidade.

Diante do exposto, sugerimos como motivo da Audiência Pública agora requerida, a exposição das seguintes experiências:

1. Projeto Solar Brasília do Distrito Federal.
2. Potencial de geração de energia solar na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

3. Inserção de energia solar para transição acelerada, da UnB.
4. Projeto Escolas Solares, Greenpeace Brasil.

5. BYD Company Limited.

Sala das Comissões, em de de 2016

LUIZ LAURO FILHO
Deputado Federal
(PSB/SP)